

NUDPRO /SRTE-RS
46218.002692/2014-90



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

REQUERIMENTO DE REGISTRO DE CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO

Nº DA SOLICITAÇÃO: MR005955/2014

SIND DOS TRAB NAS IND CONST CIVIL P ALEGRE, CNPJ n. **92.964.535/0001-09**, localizado(a) à Rua José do Patrocínio - de 1012/1013 ao fim, 1212, Cidade Baixa, Porto Alegre/RS, CEP 90050-004, representado(a), neste ato, por seu Presidente, Sr(a). **VALTER SOUZA**, CPF n. 094.746.840-49, conforme deliberação da (s) Assembléia (s) da Categoria, realizada (s) em 24/10/2013 no município de Porto Alegre/RS;

E

FEDERACAO DAS INDUSTRIAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, CNPJ n. 92.953.983/0001-07, localizado(a) à Avenida Assis Brasil - de 6301 ao fim - lado ímpar, 8787, Cristo Redentor, Porto Alegre/RS, CEP 91140-001, representado(a), neste ato, por seu(s) PROCURADOR (ES), Sr(a). **LINDOMAR DOS SANTOS**, CPF n. 359.665.050-04, conforme procuração para este fim anexada ao presente documento e deliberação da (s) Assembléia (s) da Categoria, realizada (s) em 19/11/2013 no município de Porto Alegre/RS;

nos termos do disposto na Consolidação das Leis do Trabalho e na Instrução Normativa nº 11, de 2009, da Secretaria de Relações do Trabalho, reconhecem como válido e requerem o REGISTRO DA CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO transmitida ao Ministério do Trabalho e Emprego, por meio do sistema MEDIADOR, sob o número MR005955/2014, na data de 11/02/2014, às 10:25.

, 11 de fevereiro de 2014.

VALTER SOUZA
Presidente

SIND DOS TRAB NAS IND CONST CIVIL P ALEGRE



LINDOMAR DOS SANTOS
Procurador

FEDERACAO DAS INDUSTRIAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2013/2014

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: RS000259/2014
DATA DE REGISTRO NO MTE: 19/02/2014
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR005955/2014
NÚMERO DO PROCESSO: 46218.002692/2014-90
DATA DO PROTOCOLO: 17/02/2014

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SIND DOS TRAB NAS IND CONST CIVIL P ALEGRE, CNPJ n. 92.964.535/0001-09, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). VALTER SOUZA;

E

FEDERACAO DAS INDUSTRIAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, CNPJ n. 92.953.983/0001-07, neste ato representado(a) por seu Procurador, Sr(a). LINDOMAR DOS SANTOS;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de dezembro de 2013 a 30 de novembro de 2014 e a data-base da categoria em 01º de dezembro.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil, de Mármore e Granitos, de Olaria, de Cimento, Cal e Gesso, de Ladrilhos Hidráulicos e Produtos de Cimento e de Cerâmica para Construção**, com abrangência territorial em **Alvorada/RS, Amaral Ferrador/RS, Arambaré/RS, Arroio dos Ratos/RS, Barra do Ribeiro/RS, Butiá/RS, Cachoeirinha/RS, Camaquã/RS, Canoas/RS, Cerro Grande do Sul/RS, Charqueadas/RS, Cristal/RS, Dom Feliciano/RS, Eldorado do Sul/RS, Glorinha/RS, Gravataí/RS, Guaíba/RS, Mariana Pimentel/RS, Nova Santa Rita/RS, Porto Alegre/RS, Santo Antônio da Patrulha/RS, São Jerônimo/RS, Sentinela do Sul/RS, Sertão Santana/RS e Tapes/RS.**

Salários, Reajustes e Pagamento

Piso Salarial

CLÁUSULA TERCEIRA - PISOS SALARIAIS

As empresas assegurarão aos empregados uma retirada mínima mensal, já computados os prêmios de produção, de:

a) R\$ 759,00 (setecentos e cinquenta e nove reais) para auxiliares de serviços gerais e transporte;

b) R\$ 798,60 (setecentos e noventa e oito reais e sessenta centavos) para serventes e empregados da produção;

c) R\$ 908,60 (novecentos e oito reais e sessenta centavos) para maquinistas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Fica estabelecido que a base de cálculo do salário a ser pago ao Aprendiz, matriculado em curso profissionalizante do SENAI, é o salário mínimo nacional.

Reajustes/Correções Salariais

CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE SALARIAL

A partir de 1º de dezembro de 2013, inclusive, as empresas do segmento de ARTEFATOS DE CIMENTO concederão para todos os seus empregados um reajuste salarial de 7,50% (sete e meio por cento) a incidir sobre os salários vigentes em 1º de dezembro de 2012, já reajustados pela norma coletiva revisanda.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O reajuste salarial do empregado admitido após 1º de dezembro de 2012 terá, como limite, o salário reajustado do empregado exercente da mesma função, admitido até os 12 meses anteriores à data base. Se o empregado não tiver paradigma ou se a empresa iniciou suas atividades após a data-base, o reajustamento será calculado de forma proporcional em relação à data de admissão na razão de 1/12 (um doze avos) por mês de serviço trabalhado, considerando mês completo a fração igual ou superior a 14 dias.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Poderão ser compensados todos os aumentos ou adiantamentos salariais concedidos após 01/12/2012, exceto os provenientes de término de aprendizagem, promoção por antigüidade ou merecimento, transferência de cargo, função, estabelecimento ou localidade e equiparação salarial.

Pagamento de Salário – Formas e Prazos

CLÁUSULA QUINTA - ENVELOPES DE PAGAMENTO

As empresas fornecerão os envelopes de pagamento dos salários ou similares, com identificação da empresa e discriminação das importâncias pagas e dos descontos efetuados.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO DOS SALÁRIOS

O pagamento dos salários será efetuado dentro do horário de trabalho ou imediatamente após o encerramento do expediente.

PARÁGRAFO ÚNICO - Após 30 (trinta) minutos do encerramento do expediente será considerado extraordinário o tempo excedente despendido para o recebimento do salário, devendo, então, ser pago com adicional de 100% (cem por cento) sobre a hora normal.

Descontos Salariais

CLÁUSULA SÉTIMA - ANOTAÇÃO DOS DESCONTOS

Os descontos da presente Convenção Coletiva de Trabalho deverão ser anotados na Carteira Profissional do empregado, independentemente da data da admissão.

CLÁUSULA OITAVA - DESCONTO EM FOLHA

Os empregadores poderão descontar dos salários de seus empregados, além dos descontos legais e convencionais, e desde que por eles autorizados, prévia e por escrito, valores destinados à integração em planos de assistência odontológica, médico hospitalar, de seguro, de previdência privada, ou de entidade cooperativa, cultural ou recreativa, associativa dos seus trabalhadores, em benefícios dos mesmos e dos seus dependentes, bem como vale-farmácia, parcelas correspondentes a cesta de alimentos, integral ou a parcela não subvencionada, vale-supermercado e ticket refeições; ficando limitado tal desconto até 30% do salário líquido do empregado, em cada mês.

Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros

Adicional de Hora-Extra

CLÁUSULA NONA - DOMINGOS E FERIADOS / HORA-EXTRA

As horas trabalhadas aos domingos e feriados, desde que não haja folga, serão

remuneradas com o adicional de 100% (cem por cento), além do pagamento do repouso.

PARÁGRAFO ÚNICO - As horas extras nos dias úteis serão remuneradas com o adicional de 50% (cinquenta por cento).

Outros Adicionais

CLÁUSULA DÉCIMA - QUINQUÊNIO

Fica estabelecido o adicional de 2% (dois por cento) para cada cinco anos de serviço contínuo prestado pelo empregado ao mesmo empregador.

Auxílio Alimentação

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - CESTA BÁSICA

As empresas fornecerão gratuitamente a seus empregados uma cesta básica no valor mínimo de **R\$ 95,00 (noventa e cinco reais)** para cada empregado, a título de prêmio assiduidade, desde que este não falte ao serviço no mês correspondente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - CESTA BÁSICA NATALINA

As empresas fornecerão gratuitamente a seus empregados uma cesta básica extra no mês de dezembro, no valor mínimo de R\$ 95,00 (noventa e cinco reais), a título de prêmio assiduidade, desde que este não falte ao serviço no mês correspondente.

PARÁGRAFO ÚNICO - O empregador terá 30 (trinta dias) após a homologação da presente Convenção Coletiva de Trabalho, para cumprir a obrigação de fazer previsto no "caput" desta cláusula.

Auxílio Educação

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - AUXÍLIO ESCOLAR

Em fevereiro do ano de 2014, as empresas concederão aos empregados matriculados em estabelecimentos de ensino oficial, autorizado ou reconhecido, um auxílio escolar na importância equivalente a 20% (vinte por cento) do menor piso salarial da categoria, que não terá natureza salarial .

PARÁGRAFO ÚNICO - Se o empregado não for estudante, terá direito ao auxílio escolar, desde que comprove ter um filho menor de 18 (dezoito) anos matriculado naquelas condições.

Auxílio Morte/Funeral

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DESPESAS COM FUNERAL

Na hipótese de falecimento do empregado por causa de acidente ocorrido na fábrica ou obra, a empresa arcará com as despesas funerárias até o limite de 02 (dois) salários mínimos.

Auxílio Maternidade

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - GARANTIA À GESTANTE E COMUNICAÇÃO AO EMPREGADOR

O direito à garantia no emprego fica assegurado à empregada gestante, desde que a mesma comunique seu estado gravídico ao empregador, de forma expressa e inequívoca, no prazo de até 60 (sessenta) dias contados da data do aviso prévio.

Referida comunicação deverá vir acompanhada de documento comprobatório.

Aposentadoria

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ESTABILIDADE ÀS VESPERAS DA APOSENTADORIA

Mediante comunicação, por escrito do empregado a empresa de que se encontra no período de 12 (doze) meses que antecedem a sua aposentadoria (proporcional ou integral), as empresas concederão estabilidade durante aquele prazo, desde que não cometa falta grave e tenha mais de 05 (cinco) anos de atividade ininterrupta na mesma empresa.

PARÁGRAFO ÚNICO - Desde que solicitado pela empresa o empregado deverá

comprovar, por escrito, no prazo de 15 (quinze) dias, o tempo de serviço, sob pena de não se beneficiar desta cláusula.

Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades

Normas para Admissão/Contratação

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - ANOTAÇÃO NA CTPS DA FUNÇÃO

Deverá ser anotada na Carteira Profissional do empregado a função realmente exercida.

Aviso Prévio

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - AVISO PRÉVIO

No curso do aviso prévio dado pelo empregador, se o empregado comprovar a obtenção de novo emprego, a empresa deverá dispensá-lo do cumprimento do restante do prazo do aviso prévio, desobrigando-se, contudo, do pagamento daquele período não trabalhado.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - AVISO PRÉVIO / REDUÇÃO DA JORNADA

Quando do recebimento do aviso prévio será assegurado ao empregado o direito de escolher o horário de redução de que trata o art. 488 da CLT, no início ou no fim da jornada de trabalho.

Outras normas referentes a admissão, demissão e modalidades de contratação

CLÁUSULA VIGÉSIMA - RESCISÃO / ASSISTÊNCIA

O instrumento de rescisão do contrato de trabalho de menor deverá ter a assistência do Sindicato Profissional, além do responsável legal, sob pena de nulidade, respeitadas as demais disposições contidas no art. 477 e parágrafos, da CLT.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - PAGAMENTO DA RESCISÃO

O empregador se obriga a anotar a data de saída do empregado na Carteira Profissional em 24 horas após a extinção do contrato de trabalho, bem como pagar-lhe os direitos rescisórios nos prazos estabelecidos no art. 477 e parágrafos, da CLT.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - VEDAÇÃO

É vedada as empresas anotarem na Carteira de Trabalho do empregado os atestados médicos.

Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas

Compensação de Jornada

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - COMPENSAÇÃO DE JORNADA

De acordo com o disposto no inciso XIII do art. 7º da Constituição Federal, as empresas, respeitado o número de horas de trabalho semanal ou contratual, poderão ultrapassar a duração normal da jornada de trabalho, até o máximo legal permitido, visando a compensação das horas não trabalhadas nos demais dias da semana, sem que este acréscimo diário seja considerado como trabalho extraordinário.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - COMPENSAÇÃO

Sempre que ocorrer a hipótese de um (01) dia útil entre feriados e/ou dias de repouso, as empresas ficam autorizadas a promoverem a compensação das horas de trabalho desse dia, em outras datas, de acordo com a conveniência do serviço.

Jornadas Especiais (mulheres, menores, estudantes)

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - ABONO DE FALTAS AO ESTUDANTE

As empresas abonarão as faltas aos empregados estudantes matriculados em escolas oficiais ou reconhecidas, de qualquer grau, inclusive, supletivo ou vestibular, nos dias de realização dos exames escolares, mediante comunicação ao empregador com 48 horas de antecedência e comprovação posterior dentro de 48 horas, desde que tais exames coincidam com o horário de trabalho do empregado.

Outras disposições sobre jornada

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - QUADRO DE AVISOS

As empresas designarão um local acessível aos empregados para a fixação de convocações ou avisos assinados pelo Presidente do Sindicato Obreiro.

Saúde e Segurança do Trabalhador

Aceitação de Atestados Médicos

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - ATESTADOS

Enquanto vigorar o convênio com o INSS as empresas reconhecerão validade aos atestados odontológicos e médicos fornecidos pelos profissionais contratados pelo Sindicato Profissional, sujeitos, porém, à rubrica do médico da empresa ou da entidade conveniada, se houver.

Primeiros Socorros

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - KIT DE PRIMEIROS SOCORROS

As empresas ficam obrigadas a manter em suas fábricas, caixa com materiais necessários a prestação de primeiros socorros que deverá conter: soro fisiológico, gaze esterilizado, esparadrapo, ataduras, luvas esterilizadas e tesoura (Material recomendado pelo SESI). Tal caixa deve conter ainda, a relação dos medicamentos a disposição, bem como sua aplicação com causa/efeito. Na hipótese de descumprimento da obrigação, o Sindicato suscitante notificará a empresa a cumprir tal obrigação em 72 (setenta e duas) horas, sob pena de a mesma incidir em uma multa mensal equivalente ao valor de meio piso do auxiliar, revertida em

favor do Sindicato suscitante, devida até o cumprimento da obrigação, devidamente atualizada à época do pagamento, pelos índices de atualização aplicados aos débitos trabalhistas.

Relações Sindicais

Contribuições Sindicais

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - DOAÇÃO

As empresa doarão as suas próprias expensas a quantia correspondente a R\$ 30,00 (trinta reais) por empregado ao Sindicato Profissional, para custeio de atendimento sociais e recreativos promovidos pela entidade profissional, devendo recolher referido valor aos cofres do Sindicato Obreiro até o dia 08 de março de 2014.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Durante a vigência da presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO as empresas se obrigam, quando da admissão de qualquer empregado, efetuar o recolhimento supra referido, nos mesmos moldes e condições ao Sindicato Obreiro, as suas próprias expensas, até 10 dias após o pagamento do primeiro mês de salário.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O recolhimento fora do prazo estabelecido no *caput* e § 1º sujeitará a empresa à multa de 20% (vinte por cento), além da atualização monetária, se não atendida a exigência do Sindicato Profissional no prazo de 03 (três) dias úteis.

Disposições Gerais

Mecanismos de Solução de Conflitos

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - COMPETÊNCIA

Quaisquer divergências oriundas desta Convenção Coletiva de Trabalho serão dirimidas pela Justiça do Trabalho.

VALTER SOUZA

Presidente
SIND DOS TRAB NAS IND CONST CIVIL P ALEGRE

LINDOMAR DOS SANTOS
Procurador
FEDERACAO DAS INDUSTRIAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL